

ACTA nº 3

FÓRUM NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL PARA O VIH/SIDA

Dia 13 de Maio de 2009

Coordenação Nacional para a Infecção VIH/sida

Aos treze dias do mês de Maio do ano de 2009, pelas dez horas, realizou-se na Coordenação Nacional para a Infecção VIH/sida, Palácio Bensaúde, na Estrada da Luz, número cento e cinquenta e três, em Lisboa, a terceira reunião do Fórum Nacional da Sociedade Civil para o VIH/sida (FNCS), com a participação das seguintes entidades:

- AJPAS, Associação, representada por Cristina Mora;
- APF, Associação, representada por Duarte Vilar;
- CASA DO QUERO, Associação, representado por Michael Nascimento;
- CIDADÃOS DO MUNDO Associação, representada por Ana Filgueiras;
- FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE, representada por Rita Seixas;
- FPCCS, representada por Filomena Frazão de Aguiar;
- GADS, representada por Andreia Pinto Ferreira;
- GAT, Associação, representado por Wim Vandeveld;
- ILGA, Associação, representada por Júlio Pires;
- LPCS, representada por Maria Eugénia Saraiva;
- PASSO A PASSO, Associação, representada por Ana Marques;
- POSITIVO, Associação, representada por Ricardo Fernandes;
- SERES, Associação, representada por Isabel Nunes;
- SOL, Associação, representada por Amália Vaz Guedes.

Ausentes:

- MAPS
- LPPS

O co-secretário do FNCS, Wim Vandeveld, deu início aos trabalhos meia hora depois da hora prevista, com a apresentação dos participantes e da agenda.

Uma vez aprovada a agenda, foi aberto aos participantes a discussão e o debate sobre o Grupo de Trabalho permanente para o acompanhamento da problemática do VIH/SIDA na Comissão Parlamentar de Saúde; a Proposta de Declaração da Sociedade Civil sobre as prioridades para o VIH/SIDA em Portugal; o Balanço do Encontro dos projectos ADIS; a Discussão das prioridades do ADIS para 2010; a Avaliação ADIS – IGF; as Prioridades de intervenção do FNCS; Novos membros do FNCS; a Calendarização das reuniões de 2009; e como Outros assuntos as declarações do psiquiatra Adriano Vaz Serra (presidente da Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e de Saúde Mental) e de João Marques Teixeira (presidente do Colégio da Especialidade de Psiquiatria da Ordem dos Médicos); e a criação de regulamento para representação externa.

Sobre os pontos de trabalho relacionados com ADIS foi solicitada a presença de Joana Bettencourt da CNIVIH.

Sobre o ponto três da agenda: Balanço do Encontro dos projectos ADIS refere Ana Filgueiras a necessidade de saber se os projectos cobrem as áreas necessárias, se é coerente com os princípios, onde se concentram os projectos e se os mesmos se relacionam com os dados epidemiológicos, assim como não foi possível obter o perfil, o tipo de respostas que existem, o desenho das respostas ao VIH (como a Joana esclareceu este ponto creio que não vale a pena incluir este meu questionamento). Elogiou o encontro por permitir conhecer o trabalho de outros colegas mas sugere a participação das associações na organização do mesmo assim como a criação de mais tempo para debate e espaços temáticos por tipo de intervenção onde todos pudessem dispor de mais tempo para conhecer o trabalho de cada um e trocar experiências. Eugénia Saraiva referiu que a reunião resumiu-se à apresentação de resultados e ao financiamento por diferentes áreas, não havendo grande diferença relativamente às reuniões anteriores. As dificuldades não foram referidas como o estrangulamento financeiro que é bastante sentido. Este seria o momento para referir esta questão assim como sobre os formulários. A par dos constrangimentos é importante explicar as boas práticas. Referiu ainda a importância (??) e como aspectos positivos a

presença da inspecção das finanças e da ministra. Como aspecto positivo também a integração do Quadro Lógico – para o qual acredita que uma formação seria importante. Reconhece que este encontro foi mais positivo que os anteriores.

Ricardo Fernandes salientou também a inexistência de espaço para discussão. Considerando o encontro com um modelo improfícuo que eventualmente deveria ser alterado para um modelo de *workshop* que dividido por grupos e áreas referisse as principais dificuldades e recomendações com apoio da coordenação. Referiu também que apesar de muitas associações novas não conhecerem os outros projectos, considera que os slides representam as folhas entregues anteriormente, e estes resumos permitiam ter mais espaço para discussão. O workshop permitiria as associações falarem dos seus projectos. Considera ainda que seria interessante ter outros participantes e que o balanço foi positivo.

Andreia Ferreira refere a necessidade de ter um *feedback* da coordenação sobre os projectos.

Cristina Mora acrescenta que ‘é mais do mesmo, não existem novidades’, todos os anos a ouvir as mesmas coisas. Esperava que nesta reunião existisse algum retorno das auditorias e avaliações efectuadas pela inspecção das finanças e ainda não receberam o *feedback*.

Duarte Vilar refere que o formato do encontro apresenta apenas uma descrição mas não existe uma análise. A figura do *workshop* poderia ser interessante para ganhar em profundidade. Este poderia ser combinado com uma sessão plenária, devendo acontecer antes de Maio de forma a influenciar as áreas prioritárias para o ano seguinte Mas a avaliação foi positiva, porque perpassaram alguns problemas de fundo nomeadamente os financiamentos (dec.-lei 186/2006). Mas outras questões não foram discutidas, assim como desconhece as reuniões em torno da revisão desta lei. Mas a intervenção da Alta Comissária e Ministra foi interessante pelo que disseram e não disseram. Sugere que o fórum escreva uma carta á ministra ou um pedido de audiência sobre as preocupações das ONG’s nomeadamente sobre os decretos-lei.

Neste sentido foi criada uma *task force* de quatro elementos para a elaboração da carta e audiência com a Ministra. Os quatro elementos são constituídos por Eugénia Saraiva, Ana Filgueiras, Duarte Vilar, Cristina Mora. Duarte Vilar ficou responsável pela elaboração da carta que posteriormente enviará para o fórum para englobar as assinaturas de todos os membros.

Em resposta às questões levantadas Joana Bettencourt referiu que cabe às associações melhorar as suas apresentações e referir o que tem de ser dito, apesar de existir um modelo. Nesta perspectiva existiram associações que apresentaram as taxas de execução e os motivos por não

cumprirem. Refere ainda que o agendamento da reunião em Março para discutir e apresentar as prioridades do ADIS foi impossibilitado pela agenda da Ministra. Concorde com alteração do modelo, porque é intenso e não há espaço para debate. E que a próxima reunião terá outro modelo. Contudo nunca existiram tantas oportunidades de falar sobre assuntos. Mas o balanço da reunião é positivo embora existam aspectos negativos. Considera que neste momento se reuniram as condições de estabilidade que possibilitam pensar nas questões para além do financiamento e atrasos de pagamento. A intervenção da Ministra referiu a aprovação do despacho que já contempla uma taxa de inflação. Relativamente à legislação ficou preocupada por saber que não existe alteração até ao final do ano e duvida que exista interesse em alterar o regulamento mas eventualmente pode existir outra forma de suporte. Cabe à sociedade civil forçar o assumir deste compromisso. Menciona ainda que a comunicação social ficou surpreendida com a enormidade dos projectos existentes. E acrescenta que existe um documento que retrata as áreas financiadas.

Sobre a discussão das prioridades do ADIS para 2010 Joana Bettencourt esperava algumas reacções. A definição das prioridades envolveu a consulta das ARS e da sociedade civil que identificaram lacunas, assim como questões de âmbito mais vasto nomeadamente políticas nas quais não poderão intervir. Referindo que o ADIS é uma componente da resposta à epidemia com os seus constrangimentos e que estão actualmente implementados 59 projectos. Acrescenta que as prioridades são as que constam no edital e que existiram prioridades que transitaram por ausência de resposta.

Duarte Vilar evidencia que esta discussão para o actual ano não terá qualquer influência uma vez que as prioridades já foram definidas. Acrescenta que existe um retorno aos 'grupos' de risco e revela os seus receios que se descurem outras propostas nomeadamente a prevenção. Salaria que deve existir a preocupação direccionada a todas as populações.

Eugénia Saraiva subscreve o referido por Duarte.

Ana Filgueiras defende a necessidade de uma abordagem multisectorial, englobando os diferentes ministérios de forma a possibilitar uma abordagem integrada efectivamente capaz de responder à diversidade de factores e de condições de vulnerabilidade que expõem as pessoas à infecção por VIH/sida. Acrescenta a necessidade da CNIVS cobrar politicamente a participação dos outros ministérios assim como a importância da sociedade civil em se mobilizar para esta questão.

Filomena Aguiar realça que considera a prevenção prioritária. Ana Filgueiras defende que, no actual momento da pandemia, o “tratamento” é indissociável da “prevenção” na medida em que é *per si* um factor de redução da possibilidade de infecção dos parceiros sexuais das pessoas com VIH.

Andreia Ferreira refere que na definição de prioridades seria importante uma reunião.

Joana Bettencourt releva que a coordenação não é só ADIS, esta é uma componente, não são prioridades nacionais. Acrescenta que não se pode considerar que a prevenção desapareceu como prioridade.

No referente à avaliação ADIS-IGF, Wim Vandeveldede refere o contacto efectuado pelo Dr. João Bibe e que o mesmo irá contactar os membros da *task force* constituída.

Joana Bettencourt refere que ainda não é conhecido o ponto de situação. E que o IGF esteve na CNVIH vários meses, visitaram várias instituições que trabalham há bastante tempo (desde o Cria) e que recebem mais financiamento, assim como enviaram questionários, cerca de cinquenta e quatro. Em Agosto esperam dar o retorno desta avaliação.

Sobre a inclusão de novos membros no FNESC Wim Vandeveldede menciona o alargamento do fórum através do convite a outras organizações que têm financiamento do ADIS. Deste modo o secretariado poderia convidar organizações, se houver interesse, e definir os critérios de elegibilidade a membro. Para um maior conhecimento das organizações será-lhes-á solicitado um resumo. A votação dos potenciais membros efectuar-se-á por e-mail. As organizações com financiamentos ADIS nomeadamente o Projecto Pares; Domus; Médicos do Mundo (ver restantes com Wim)

Filomena Aguiar alerta que a inclusão de organizações que têm projectos meramente pontuais podem, por esse motivo, desvirtuar o fórum.

Duarte Vilar concorda que devem observar-se critérios.

Na calendarização de reuniões foram agendadas três reuniões: no mês de Junho a dia 25 ou 26; em Outubro nos dias 1 ou 2, e em Novembro de 23 a 27.

No concernente ao regulamento para representação externa Wim Vandeveldt refere que a representação externa deveria ser proposta ao fórum de acordo com regulamento próprio que ainda não existe, havendo a necessidade de elaborar este documento.

Eugénia Saraiva considera que esta representação deve ser primeiro discutida devido à polémica existente. E que o importante nesta representação é a partilha entre membros e os seus contributos.

Filomena Aguiar salienta a necessidade de existir uma base e critérios senão a votação muitas vezes é por simpatia.

Duarte Vilar sugere que a representação deveria ser entre os membros efectivos durante certo tempo promovendo a rotatividade (3 a 6 meses sendo o ideal 6 meses), devendo existir um representante efectivo e um suplente.

Wim Vandeveldt salienta que a necessidade é na representação pontual.

Cristina Mora salienta que a representação deve envolver outros membros na elaboração dos textos, estratégias.

Para a elaboração deste regulamento a apresentar na reunião de Junho ficaram responsáveis: Filomena Aguiar e Andreia Ferreira.

Sobre o comunicado o 'movimento associativo desafia bastonário da Ordem dos Médicos a pronunciar-se claramente sobre "reorientações de orientação sexual e identidade de género" referente às declarações do psiquiatra Adriano Vaz Serra (presidente da Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e de Saúde Mental) e de João Marques Teixeira (presidente do Colégio da Especialidade de Psiquiatria da Ordem dos Médicos) Ana Filgueiras propôs que o FORUM se juntasse ao protesto no que foi apoiada por Ricardo. Os membros presentes do FNSC votaram a sua subscrição por unanimidade.

Luís Mendão refere que sobre o Grupo de trabalho permanente para o acompanhamento da problemática do VIH/SIDA na Comissão Parlamentar de Saúde a proposta de um grupo parlamentar foi bem acolhida, tendo como solução transitória a criação de um Grupo de Trabalho Permanente de que fazem parte membros de vários partidos existindo fundadores deste que reconhecem a importância da liderança política face á epidemia. Acrescenta que todos os

deputados aceitaram a criação deste grupo embora sem o modelo proposto inicialmente. Acrescenta que actualmente é possível lançar à Assembleia da República propostas relacionadas com o VIH por qualquer cidadão. Pede ainda que esta informação circule.

Relativamente à proposta de Declaração da Sociedade Civil sobre as prioridades para o VIH/SIDA em Portugal, Luís Mendão apresentou aos elementos do FNSC presentes na reunião, uma proposta de uma declaração de intenções, onde deverá ser subscrita pelas várias ONG's que trabalham na área do VIDA/SIDA a nível nacional e, posteriormente, ser entregue ao Governo Português, à Assembleia da República e às várias forças políticas. Explicou aos presentes que a importância desta declaração e baseou-se nos seguintes argumentos:

- (pedir ao Luís para descrever)

Perante o que foi explicado a declaração foi aceite por todos os presentes e decidiu-se que Ana Filgueiras iria reorganizar o texto e, após um prazo que iria ser definido, o documento seria “fechado” e divulgado publicamente. Decidiu-se que as instituições que iriam subscrever o documento seriam as Instituições que integram o FNSC e surgiriam como apoiantes todas as ONGs que se identificassem com esta proposta. Por fim, todos concordaram em eleger-se um grupo de dois ou três representantes das ONG's do FNSC para entregarem pessoalmente e discuti-lo na Assembleia da República.

Filomena Aguiar adiantou que este documento deveria fazer referência à importância das Organizações Nacionais na luta contra a Sida e como tal, todos concordaram que este assunto deveria constar no primeiro considerando do documento. O mesmo elemento do FNSC adiantou que o papel do voluntariado nas ONG's seria igualmente importante de referir assim como o papel do Mecenato. Todos concordaram e será acrescentado um novo considerando ao documento.

A acrescentar à revisão do artigo 13º da Constituição e à revisão e regulamentação da Lei n.º 46/2006, Eugénia Saraiva sugeriu a introdução do artigo 186º no documento em discussão.

Deu-se por concluída a reunião às treze horas e quarenta e cinco minutos.

Adenda à acta nº 2: relativamente aos critérios Filomena Aguiar refere que não concorda com a representação sem existirem critérios definidos previamente.